



Arinos defende, com veemência, o sistema parlamentarista

Maioria defende o parlamentarismo no debate em plenário

Luis Eduardo Costa

Nas discussões de plenário, o parlamentarismo ganhou do presidencialismo como regime de governo. Durante sessões realizadas



semana passada, esse foi o tema que mais suscitou debate entre os parlamentares, com a grande maioria se posicionando a favor do parlamentarismo. Na terça-feira, na primeira sessão extraordinária com temas específicos, o parlamentarismo foi o vencedor. Dos 13 oradores inscritos, oito se pronunciaram a favor do regime parlamentar como forma de governo.

A defesa mais apaixonada do parlamentarismo foi feita pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização. Falando a um plenário atento, o senador disse que o regime presidencialista nunca foi aplicado no Brasil ou qualquer outro País fora dos Estados Unidos, por ser produto de uma "cultura lastreada num tipo de experiência que só os norteamericanos tiveram".

O senador explicou que no Brasil o regime presidencialista foi introduzido com o respaldo da doutrina positivista do filósofo francês Augusto Comte, que é em sua essência ditatorial. "A ditadura esclarecida da França era diferente da ditadura mal esclarecida do Brasil. É que na França a filosofia de Comte nunca chegou a se realizar", afirmou Afonso Arinos.

"Em 100 anos de República", disse o senador, "nós temos 54 anos de infância, miséria, de aproveitamento, de degradação do caráter, da honra nacional", completou, criticando o presidencialismo. Ao final do discurso fez um apelo aos constituintes para que reflitam sobre a questão, porque esta "é a última oportunidade de se fazer do Brasil aquilo que o país merece".

Presidencialismo

Também terça-feira, o deputado José Genoíno (PT-SP) acuparia a tribuna, mas para defender o presidencialismo. De acordo com o deputado, o sistema presidencialista de governo "é uma questão que não envolve teoria política, e, sim, uma questão

política". Ele criticou ainda o parlamentarismo como "uma tábua de salvação", dizendo que a questão é mais profunda e a democracia representativa não envolve os problemas de fundo da relação do povo com o poder. "A democracia — destacou — é aquela exercida diretamente, pela fiscalização, pela pressão e pela cobrança da sociedade organizada em partidos políticos, sindicatos, nas ruas e nas praças públicas".

Outros parlamentares que defenderam o presidencialismo na sessão extraordinária foram o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e o senador João Meneses (PFL-PA). No restante da sessão, o parlamentarismo ganhou vários pronunciamentos favoráveis, como o da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Roberto Freire (PCB-PE), Nelson Friedrich (PMDB-PR) e Jamil Haddad (PSB-RJ) e Eduardo Bonfim (PC do B-AL).

Pesquisa

Na quarta-feira o tema voltaria à discussão no plenário da sessão ordinária. Os deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Paulo Pimentel (PFL-PR) defenderam o sistema presidencialista no horário destinado à discussão de temas constitucionais, provocando o aparte de vários parlamentares, que se posicionaram a favor do parlamentarismo. Prisco Viana chegou a apresentar uma pesquisa do Instituto Gallup, em que 42% dos entrevistados eram a favor do presidencialismo. Na mesma hora recebeu pedidos de apertes dos deputados Genebaldo Corrêa e Jutahy Junior, ambos do PMDB da Bahia e do senador José Fogaça (PMDB-RS) defendendo o parlamentarismo.

Nessa sessão, apenas o deputado Cunha Bueno deu a alternativa. Propôs a monarquia aliada ao parlamentarismo como solução da vida institucional brasileira. Uma defesa solitária.

Na sessão de sexta-feira, o senador José Fogaça voltaria a defender o parlamentarismo, afirmando que no presidencialismo a estrutura de poder é moldada para facilitar o controle externo, imperialista. Disse ainda que a única forma de desalojar o militarismo "é o parlamentarismo", citando o exemplo da Revolução dos Cravos em Portugal, "que acabou com 50 anos de salazarismo e implantou o sistema parlamentar de governo".

Posição do PT recebe crítica

Gerson Menezes

As esquerdas se desentendem na discussão do tema. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), considera uma contradição do PT haver se posicionado pelo presidencialismo em convenção, preferindo acreditar na hipótese de mudança de posição em futuro próximo. Freire diz que "o parlamentarismo será aprovado", porque a maioria no Congresso, segundo ele, é a favor dessa forma de governo, apesar da população estar se manifestando presidencialista, até por não saber o que é exatamente o parlamentarismo.

Esquerda não combina com presidencialismo, enfatiza Roberto Freire, considerando uma "visão golpista imatura" imaginar que essa forma de governo facilita o acesso ao poder, mesmo porque "não adianta chegar ao poder sem ter hegemonia", ou base política. O deputado José Genoíno (PT-SP) diz que isso tudo "é conversa fiada", pois o enfoque dado ao tema pelo Partido dos Trabalhadores não é este, ou seja, não consiste em achar que este ou aquele sistema de governo garante um caminho mais curto para o poder. "O Roberto sabe muito bem — rebate Genoíno — que a esquerda não pretende chegar ao poder por eleição ou parlamentarismo nem presidencialismo, e sim através da organização do povo". E prossegue, no mesmo tom, respondendo à colocação de que é um contra-senso o PT querer presidencialismo: "Contra-senso — enfatiza — é passar 27 anos sem eleição e fazer eleição para eleger presidente que não tem poder". O que o PT quer, segundo ele, é um presidencialismo em que o Congresso tenha poder.

Maioria

Não apenas a esquerda crítica a posição do PT. Gastone Righi, do PTB, garante que Lula (que não está em Brasília e não pode ser



Líder do PCB vê contradição

contatado) lhe disse inclusive que tal posicionamento foi tomado muito apressadamente, por uma margem pequena de votos. Righi diz que no seu partido a maioria "esmagadora" é parlamentarista; de 19 parlamentares, apenas "dois ou três" defendem o presidencialismo.

Para Gastone, o aparente crescimento da tese presidencialista nos últimos dias pode ter origem no "lobby de setores governistas". Eliminadas as injunções políticas referentes ao atual governo — diz ele — o parlamentarismo passaria com mais de dois terços de voto se fosse votado hoje. "A dúvida — prossegue — é se uma pressão do Governo consegue ou não diminuir isso pela metade". Mas ele vê muita facilidade em contornar a pressão do Executivo, exercida no "interesse da defesa do poder": estabelecer a implantação do parlamentarismo apenas para o próximo Governo, garantindo que Sarney continue governando sob o presidencialismo, uma tese sem dúvida igualmente polêmica, e que é combatida por Roberto Freire: "Quando promulgarmos a Constituição, o País passa a ser outro".

ANC

Sudene continuará com PMDB

O presidente José Sarney garantiu ontem ao deputado Ulysses Guimarães que a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) será ocupada por um nome indicado pelo PMDB. A decisão do presidente acabou com a possibilidade, admitida por alguns pefelistas, de que o cargo ocupado anteriormente por Dorany Sampaio, do PMDB pernambucano pudesse ficar com o PFL.

Isso ficou acertado durante um encontro que durou mais de seis horas, no sítio de São José de Pericumã, onde o presidente José Sarney está passando o final de semana. Ulysses Guimarães chegou ao Pericumã ao meio-dia e meia acompanhado de sua esposa, dona Mora. A iniciativa, partiu do presidente Sarney, que ligou ontem de manhã para o presidente do PMDB em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

O deputado Paulista não quis revelar detalhes do encontro, afirmando que trocaram "os cumprimentos de praxe em um diálogo bastante fraterno". Ressaltou que "o importante" era que o PMDB havia garantido a permanência na Sudene.

Segundo Ulysses Guimarães, a escolha do futuro nome será feita pelos governadores do Nordeste.

Ele pretende articular uma reunião com os governadores para o início dessa semana. Ulysses afirmou que não sabe se o cargo ficará com Pernambuco. "Não sou governador, sou o presidente do partido e não pretendo interferir nessa decisão", declarou.

O deputado Ulysses Guimarães chegou à sua casa às 18h30, estando o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, à sua espera.

O deputado afirmou que isso não significava "qualquer acordo antecipado à reunião dos governadores. Carlos Wilson, que está sendo cotado por alguns setores para ocupar a vaga na Sudene, não quis comentar o objetivo do encontro com Ulysses, afirmando se tratar somente de uma "visita de cortesia".

Fisiologismo

"Em política sempre se paga

Tensão chegou ao limite

O encontro entre o presidente da República e o presidente do PMDB, ontem no Sítio do Pericumã, foi o mais longo realizado até hoje entre eles e ocorre um momento em que suas relações chegam ao mais alto nível de tensão desde o episódio da nomeação do substituto de Dilsom Funaro para o Ministério da Fazenda.

A época, o presidente teria tomado a iniciativa de nomear o governador do Ceará, Tasso Jereissati, para comandar a política econômica do Governo, mas fez isso sem consultar o

PMDB. Ulysses chegou a tratar o presidente por "cidadão Sarney" ao longo daqueles acontecimentos. O partido, no entanto, assegurou a nomeação de Bresser, um paulista do PMDB.

Com a retaliação iniciada pelo Governo demitindo peemedebistas ou seus indicados que não lhes fossem fiéis, as acusações sobre o ministro Raphael de Almeida Magalhães e — com a queda do ministro do Interior — a demissão de Dorany Sampaio, da Sudene, a tensão chegou ao seu limite.

um preço, sobretudo em fases de transição". Esse foi o comentário do deputado Ulysses Guimarães antes de estar com Sarney sobre a disputa por cargos no Governo. Frisou que esse preço é decorrência dos acordos firmados com a Aliança Democrática, acrescentando que isso é normal "quando se combate o velho e ainda não se tem o novo".

O presidente do PMDB evitou comentar a crise na Aliança Democrática. afirmou que a existência de desgastes políticos é comum entre os partidos, mas negou que os últimos episódios tenham colaborado para qualquer tipo de atrito. "Todas as lideranças políticas têm consciência da necessidade de dar resposta aos problemas da sociedade brasileira e é essa preocupação do PMDB".

Ulysses, no entanto, reconhece que existem descontentamentos dentro do PMDB e no PFL. Para isso, a sua explicação é muito simples: "Num processo político como o que vive o Brasil é difícil contentar a todos. Essas dificuldades são assim mesmo, mas vamos tentar resolvê-las. Já resolvemos coisas piores, agora estamos a poucos metros da praia e não podemos morrer antes de chegar".